

As teses do VI CBAS de 1989 nas trincheiras da luta antirracista do serviço social brasileiro: legado e atualidade

The theses of the VI CBAS in 1989 in the trenches of the anti-racist struggle in Brazilian social work: legacy and current events

André Henrique Mello Correa*  

Resumo: O presente artigo, valendo-se de pesquisa bibliográfica, tem como direção política e teórico-metodológica, trazer o legado e a atualidade das teses apresentadas no VI CBAS de 1989, evidenciando o pioneirismo de assistentes sociais negras no tensionamento deste debate já em idos dos anos 1980/1990, apontando-o como imprescindível para a profissão. Entendemos que o Serviço Social brasileiro, vive um momento ímpar no fortalecimento de uma direção antirracista, expressa nas agendas políticas das entidades da categoria Conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO, bem como, inflexões na produção do conhecimento na área (dossiês temáticos, TCCs, dissertações, teses), o que não elimina desafios de monta para a formação e trabalho profissional, (re)configurando novos-velhos dilemas e (des)caminhos. Em síntese, trata-se de um debate que oferece fôlego para a afirmação e defesa do Projeto Ético-Político profissional, em tempos sombrios de avanço do conservadorismo em seu caráter reacionário.

Palavras-chaves: Mulheres negras; Serviço Social; Pioneirismo; Antirracismo.

Abstract: The political and theoretical-methodological direction of this article, based on bibliographical research, is to bring to light the legacy and relevance of the theses presented at the VI CBAS in 1989, highlighting the pioneering role of black social workers in tensioning this debate back in the 1980s/1990s, making it essential for the profession. We believe that the Brazilian Social Service is experiencing a unique moment in the strengthening of an anti-racist direction, expressed in the political agendas of the category entities Conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS and ENESSO, as well as inflections in the production of knowledge in the area (thematic dossiers, TCCs, dissertations, theses), which does not eliminate major challenges for professional training and work, (re)configuring old-new dilemmas and (un)paths. In short, this is a debate that offers a breath of fresh air for the affirmation and defense of the Professional Ethical-Political Project, in dark times of the advance of conservatism in its reactionary character.

Keywords: Black women; Social Work; Pioneering; Anti-racism.

* Universidade Estadual de Londrina. E-mail: ahmc.associa2019@gmail.com

Introdução

*Se muito vale o já feito, mais vale o que será.
E o que foi feito é preciso conhecer para melhor prosseguir.
(O Que Foi Feito Devera (De Vera), 1978).*

O debate acerca das relações étnico-raciais se coloca como incontornável na atual quadra histórica no radar do Serviço Social brasileiro, com centralidade na agenda das entidades da categoria profissional e importantes inflexões no campo da produção de conhecimento na área, dando fôlego para a defesa e afirmação do projeto Ético-Político profissional numa direção radicalmente anti-opressiva e exploratória e pela defesa da diversidade humana (Correa, 2024). Ainda, substancia a defesa de uma concepção de formação e trabalho profissional, radicalmente antirracista e anticapitalista, que vá além de mera adesão formal, ancorado numa crítica radical pela lente dos fundamentos (Elpídio; Valdo, 2022; Moreira, 2024).

É importante o adendo e atenção que o debate das relações étnico-raciais não é inédito ao Serviço Social brasileiro, afirmar isso seria incorrer a uma desistorização da profissão e situá-la fora do circuito histórico de sua gênese, institucionalização e desenvolvimento, que permite percebermos as *ausências e presenças*, bem como, sob quais pressupostos teórico-analíticos historicamente às relações étnico-raciais informaram os quadros profissionais na sua autorrepresentação, no âmbito da formação e trabalho profissional (Ferreira, 2010), é certo que “contradicoratoriamente, o Serviço Social brasileiro carrega marcas indeléveis do racismo” (Almeida; Rocha; Branco, 2019, p. 180). Afinal, “[...] o Serviço Social faz parte da história das relações sociais, e por ela é impactada” (Elpídio; Valdo, 2022, p. 327).

Em outras palavras, esse movimento que incide na profissão, não decorre de forma *endógena*, muito pelo contrário, é no movimento da história que o tempo presente aporta inflexões centrais, que sumariam um “acerto de contas com a história”, que possibilita um diálogo franco e aberto, postulando limites, dilemas, polêmicas e horizontes coletivos acerca do debate das relações étnico-raciais e todo seu vigor, ou seja, os avanços nesse cenário que nos cerca, trazem dimensionamentos novos.

Com este intento, propõe-se um exercício de resgatar o legado e a atualidade das teses apresentadas por um grupo de assistentes sociais negras, situadas no eixo Rio-São Paulo, na ocasião do VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em Natal (RN) em 1989¹. Entendemos que estas produções, demarcadas naquele momento histórico-

¹ Agradeço imensamente à companheira Suelma Inês Alves de Deus e ao companheiro Joilson Santana Marques-Júnior, pela disponibilização das duas teses publicadas na ocasião do VI CBAS de 1989, no formato de scanner e fotocópia impressa. Trata-se de material de arquivo pessoal, que entendo como importante documentação histórica da profissão. Destaco que o mesmo, assim, como ao que parece um conjunto de outras teses de outros eixos, não foram publicados no livro *Serviço Social: as respostas da categoria aos desafios conjunturais: IV Congresso*

conjuntural da realidade brasileira; da rearticulação do movimento negro e de mulheres negras e do próprio Serviço Social no seu processo de renovação e crítica ao conservadorismo e tradicionalismo profissional, trazem importantes caminhos prospectivos para a luta antirracista no tempo presente.²

Destacar o legado e o papel das pioneiras nessa discussão, é um exercício de luta pela história e memória, num momento em que verifica-se um acampamento de forma mais direta da agenda antirracista no interior do Serviço Social brasileiro (Correa, 2024), onde, também, verifica-se um enegrecimento da categoria profissional, ensejado pela entrada de estudantes negras/os, indígenas e quilombolas e de docentes na área, ainda que não encerre desafios (Cfess, 2022; Alves; Ortiz, 2023).

Parte substantiva das reflexões, aqui empreendidas, derivaram da pesquisa de mestrado “*A história não avança pedindo permissão*”: *a agenda antirracista do Serviço Social brasileiro e as construções coletivas na afirmação do Projeto Ético-Político* (2024), ainda, o acúmulo teórico-metodológico que subsidia essa análise decorre de *revisão bibliográfica* em torno da discussão empreendida (Lira, 2019; Almeida, Rocha, Branco, 2019; Gonçalves, 202) e de outras fontes em especial destaque *entrevistas em mídias digitais* fundamentalmente em podcasts e canal de youtube, a exemplo do exímio trabalho do Podcast Práxis Preta e da página do instagram @literapretaseso, bem como a série Femenagens – Nossos passos vêm de longe! iniciativa do Comitê Assistentes Sociais no Combate ao Racismo do CRESS-SP, que traz importantes referências de assistentes sociais negras que construíram e constroem em vida o Serviço Social brasileiro³.

Organizamos a exposição em dois momentos, mais suas sínteses conclusivas. Num primeiro movimento, buscou-se destacar o legado e a atualidade das teses do VI CBAS (1989) e o papel do pioneirismo das assistentes sociais negras no acampamento desse debate já na década de 1980 no interior do Serviço Social brasileiro, chamando a atenção para a unidade de gênero-raça-classe, ao que pese os desafios postos no seio da profissão e nos setores de esquerda marxista no período (Farias, 2017). Na sequência, considerando o “Serviço Social na História”

Brasileiro de Assistentes Sociais, Congresso Chico Mendes. São Paulo: Cortez, 1991. As teses encontram-se publicadas no formato de anexo na dissertação de mestrado de Correa (2024).

² Ainda, que precedendo esse marco que delimitamos no trato das teses do VI CBAS de 1989, tenhamos a presença de importantes nomes no seio da profissão que com pressupostos distintos já apontavam a importância e atenção para a questão racial nas suas elaborações em idos dos anos 1940-1960, a exemplo de Sebastião Rodrigues Alves; Maria de Lourdes Vale Nascimento e Ivone Lara. Consultar: Alves (1967); Santos (2022); Rocha (2022); Gonçalves e Lira (2024).

³ N.E: Destaca-se a recente defesa da Tese de Doutorado de Flávia de Brito Souza, em 06/12/2024, pelo PPGSS/UFSC, com o título: ESCREVIVÊNCIAS NO SERVIÇO SOCIAL: histórias e trajetórias sobre o protagonismo de assistentes sociais negras na análise da questão racial no Serviço Social. Certamente, incorrendo em análise mais elucidativa e imprescindível acerca deste protagonismo destacado.

– trazemos à baila alguns elementos que situam o debate das relações étnico-raciais na agenda das entidades da categoria no tempo presente. Por fim, em sínteses conclusivas, reafirma-se a importância desse debate enquanto uma agenda investigativa coletiva, bem como, o caráter de *femenagem* a estas assistentes sociais, que esta singela contribuição buscou realizar.

“Nossos passos vêm de longe”: o papel das Assistentes Sociais negras na história – nas trilhas dos anos 1980 e a emergência do debate acerca das relações étnico-raciais

Acreditamos que a escrita e a produção intelectual também se inscrevem nas trincheiras da luta pela memória e legado histórico – “para que o amanhã não seja apenas mais um ontem” (AmarElo, 2019).

O tema da luta da memória contra o esquecimento não é uma novidade, pois sabemos que o lembrar é sempre seletivo. [...] A memória é tanto forma de pensamento, como seu produto; ela está presente em uma multiplicidade de práticas sociais, como arte, literatura, testemunho, relatos de descendentes, narrativas historiográficas, memórias biográficas, arquivos, videotecas e demais instituições correlatas. Não só temos diferentes tipos de memória, – uns mais ativos, outros mais passivos – como eles, enquanto forma de pensamento, modificam-se de contexto a contexto (Santos, 2020, p. 105-106).

Neste caminho, que atravessa a história construída e em construção, postulando o imperativo de que “*nossos passos vêm de longe*”, é que evidenciamos a atuação político-organizativa e o papel de Assistentes Sociais negras, na trajetória histórica da profissão, pioneiras no tensionamento e evidenciação acerca da centralidade do debate das relações étnico-raciais para o Serviço Social brasileiro, com importante atuação no processo de renovação profissional (Lira, 2019; Silva; Assis, 2019).

Logo a trajetória histórica das assistentes sociais negras contribuiu também na construção de um Serviço Social crítico, progressista e alinhado às demandas sociais de seu tempo, como a luta antirracista e a reivindicação de importantes pautas que atravessam as condições de vida da população negra (Silva; Assis, 2019, p. 2).

É neste rumo que destacamos os importantes nomes dessas assistentes sociais, algumas que já não estão entre nós, outras que seguem firmes nas trincheiras da luta antirracista: Fátima Cristina Rangel Sant’Anna, Mabel Assis, Magali da Silva Almeida, Benedita da Silva, Elisabete Aparecida Pinto, Suelma Inês Alves de Deus, Maria Inês da Silva Barbosa, Sarita Amaro, Conceição Muniz, Ester Vargem, Matilde Ribeiro, Lucia Maria Xavier de Castro, Márcia Campos Eurico, Claudia Durans, Eloisa Gabriel, Roseli da Fonseca Rocha, Mauricleia Soares, dentre outras tantas de uma nova geração de intelectuais, que vêm congregando importantes agendas de pesquisa acerca da matéria.

A presença das(os) assistentes sociais negras(os) dessa geração com atuação

na década de 1980 deram significativa contribuição ao processo de redemocratização nos sindicatos, nos movimentos sociais, nos partidos políticos progressistas e na renovação da profissão (Almeida; Rocha; Branco, 2019, p. 170).

Preliminarmente, chamamos atenção que não temos a pretensão, neste estudo, de uma abordagem teórico-metodológica acerca de uma *biografia histórica* e atuação de cada Assistente Social listada, nas trincheiras da profissão e seu fundamental papel na luta coletiva em torno da agenda antirracista, bem como a inserção nas trincheiras da militância em movimentos sociais, partidos, sindicatos, coletivos e outras instâncias e organizações.

Em contrapartida, faremos um debate no seu escopo mais geral, apreendendo as mediações históricas de emergência das relações étnico-raciais no interior do Serviço Social brasileiro. Sabemos que as enveredações históricas não são tranquilas, mas acompanham o movimento conjuntural, que também evidenciam o conjunto de debates e formulações da categoria⁴.

É nesse contexto e quadro cultural emergente que a década de 1980 e 1990 é marcada pelo início do debate acerca das relações étnico-raciais no âmago da profissão, de forma mais direta e sob outro patamar teórico-analítico⁵, ainda que de forma tímida e gradual, por profissionais e estudantes inseridas/os nos movimentos negros e de mulheres negras, fundamentalmente; contudo, verificando apenas nos anos 2000, mais precisamente, após 2010, um certo espraiamento acerca da matéria na agenda das entidades da categoria (Lira, 2019; Silva; Assis, 2019).

Na história das entidades da categoria a luta contra o preconceito e discriminação é assumida na agenda política no final dos anos 1980 e conduzida a partir de iniciativas locais ou regionais. A inserção de um número não muito significativo de assistentes sociais (porém atuantes) na militância partidária, nos movimentos feminista, de mulheres ou negro, do eixo Rio-São Paulo, colocou novas demandas e desafios para a profissão na construção de ações de combate a discriminações de gênero e raciais naquela conjuntura (Almeida, 2013, p. 142).

⁴ N.E.: Exemplo disso, poderíamos evidenciar, acerca da não adoção da categoria “raça”, no Código de Ética de 1993, no texto do VIII princípio – “*Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero*” (CFESS, 1993), que talvez expressa o acúmulo dos debates mais amplos acerca das relações étnico-raciais naquela quadra e as tendências teórico-metodológicas, suas apropriações e não apropriações, escanteamento e divergências. Certamente, muitas das Assistentes Sociais mencionadas participaram daquele momento histórico – assembleias, fóruns de discussão, debate e deliberações. C.f: Vila Nova, A. (2024). Código de Ética profissional da/o assistente social: ausências, apagamentos e invisibilizações da questão racial negra nas suas formulações e atualizações. *Revista Serviço Social Em Perspectiva*, 8(1), 117–135.

⁵ N.E.: O que não suprime o campo de tendências distintas na sua emergência, mas que aqui não teremos condições de análise.

Nesse sentido, infere-se que esse protagonismo na história está medularmente relacionado com o espectro político brasileiro, que permeava o processo de renovação profissional e as organizações mais amplas da classe trabalhadora, a exemplo dos movimentos sociais, em especial aqui, os movimentos negros e movimento de mulheres negras. Silva e Assis (2019) evidenciam a vinculação desse protagonismo, à qual nos referimos:

[...] esse protagonismo é anterior, e esteve alinhado ao ascenso das lutas sociais do país, sobretudo nos marcos da ditadura civil-militar, cujo movimento negro foi partícipe nas denúncias e resistência a esse episódio da história. Sendo assim, é importante apontar que o ativismo das assistentes sociais negras é inerente ao processo de reorganização do movimento negro contemporâneo, inaugurado com a fundação do Movimento Negro Unificado – MNU e posteriormente com o movimento de mulheres negras (Silva; Assis, 2019, p. 2).

Nesse terreno histórico-conjuntural, em 1978, dá-se a criação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), em São Paulo/SP; posteriormente, tendo seu nome alterado para “Movimento Negro Unificado”, o “MNU”, tendo significado, nas palavras de Domingues (2006, p. 114) – “[...] um marco na história do protesto negro do país, porque, entre outros motivos, desenvolveu-se a proposta de unificar a luta de todos os grupos e organizações anti-racistas em escala nacional”, assim tendo, como objetivo: “[...] fortalecer o poder político do movimento negro”. Domingues (2006), ainda destaca que:

[...] a primeira atividade da nova organização foi um ato público em repúdio à discriminação racial sofrida por quatro jovens no Clube de Regatas Tietê e em protesto à morte de Robson Silveira da Luz, trabalhador e pai de família negro, torturado até a morte no 44º Distrito de Guainases. O ato público foi realizado no dia 7 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal em São Paulo, reunindo cerca de 2 mil pessoas, e “considerado pelo MUCDR como o maior avanço político realizado pelo negro na luta contra o racismo” (Domingues, 2006, p. 113).

Destaca-se que o MNU⁶ foi, historicamente, espaço de militância, inclusive de Assistentes Sociais, no período. Importante registrarmos a análise referida pelas Assistentes Sociais Maria José Pereira, Matilde Ribeiro e Suelma Ines Alves de Deus, acerca do caráter assumido pelo Movimento Negro, na conjuntura em questão.

O Movimento Negro a partir da década de 70 retoma a questão racial, a politiza e a insere no contexto dos movimentos sociais como resultado da elaboração de uma dupla consciência política, como membro de uma raça e membro de uma classe. Com essa atuação Movimento Negro pretende não só denunciar a discriminação racial, mas também participar da luta contra o

⁶ N.E.: Tivemos dificuldades para acesso a documentos que ilustrassem de forma mais incisiva a atuação e as bandeiras do MNU na sua emergência, na década de 1980, consequentemente, sua memória histórica. Nota-se que o seu site encontra-se em atualização, não estando a disposição alguns documentos que seriam subsídios importantes à análise, como Estatuto de Fundação, Plano de Lutas, Plano de Ação. MNU. Disponível em: <https://mnu.org.br/mnu/>.

sistema sócio-político-econômico vigente (Pereira; Ribeiro; Deus, 1989).

Esse espraiamento das lutas mais amplas da classe trabalhadora e dos diferentes grupos sociais que a compõem em oposição à autocracia militar, pela retomada da democracia no Brasil, traz desdobramentos importantes ao debate acerca das relações étnico-raciais, na quadra histórica dos anos 1980, 1990 e 2000, considerando as articulações dos movimentos e organizações negras, indígenas e quilombolas para a Assembleia Constituinte de 1987 a 1988, em torno de uma agenda ampliada de reivindicações, cuja parte foi incorporada no texto da Carta Constitucional de 1988⁷ (Lopes, 2011; Santos, 2015).

Profa. Dra. Magali da Silva Almeida (2021) em entrevista concedida ao Podcast Práxis Preta, destaca os desafios postos nessa conjuntura e o caráter paulatino que o debate da questão étnico-racial foi assumindo, a exemplo que no ano da CF 1988, antecendendo-a, decorreu a Marcha do Movimento Negro contra a Farsa da Abolição, em todo o Brasil, em 11 de maio. Ainda, em outra entrevista, concedida a Janoário, Rocha e Dias (2013), Almeida (2013), rememora esse processo, destacando a participação ativa do Conselho Regional de Assistentes Sociais do Rio de Janeiro (CRAS-RJ), à época, do qual era vice-presidenta.

Os Movimentos Negros (MN) se organizam nacionalmente com intuito de desmascarar a falácia da “democracia racial”, reforçando seu caráter de mito, e denunciam de forma organizada o racismo antinegro perpetrado pelo Estado e suas instituições. E nós – aqui coloco-me como militante do MN – nos engajamos na construção da Marcha Contra a Farsa da Abolição. Quando os MN assumem essa bandeira, essa agenda, eu estava militando no Conselho Regional de Serviço Social no Rio de Janeiro (na época CRAS-RJ), no cargo de vice-presidenta. **Lembro-me que coloquei em pauta na reunião do conselho pleno do então CRAS a necessidade da entidade assumir essa bandeira de luta, ou seja a luta contra o racismo e suas mazelas.** Assim, assumimos essa luta. Então, a nossa entidade é uma das entidades dos trabalhadores que, em conjunto com o MN, organiza a Marcha de 1988, participando do núcleo de organização estadual. Por conta dessa participação, passamos a ser uma referência para as outras entidades de classe no Rio de Janeiro sobre esse tema. Abrimos um leque de articulações do ponto de vista regional e estadual. Participei de muitos eventos no estado, fora do município do Rio de Janeiro, fui a todos os municípios da Baixada Fluminense, Campo Grande- Zona Oeste e demais regiões. Tem um registro histórico que até hoje não consegui recuperar. Trata-se de uma edição exclusiva do CEAP, sobre o centenário da Abolição na qual uma foto registra a presença do CRAS na capa da revista. Segurávamos um cartaz com o texto: **“Pela vida, pela paz, racismo nunca mais. CRAS- 7ª Região”**. O que eu quero dizer com essa memória é que a participação das assistentes sociais nesse movimento marca o pioneirismo da profissão e da regional do Rio de Janeiro.

⁷ Vale lembrar que o racismo passa a ser tipificado como crime inafiançável e imprescritível na Carta Constitucional que inaugura a república pós-ditadura (Brasil, 1988 - Artigo 5º XLII), asseverada no ano seguinte, pela Lei Caó (Lei nº 7.716/1989) - que define os crimes resultantes do preconceito de raça ou cor. Cap. VIII - Dos Índios. Artigo 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (Brasil, 1988).

Janeiro nessa luta (Almeida, 2013, p. 232, grifos nossos).

A articulação do MNU, como um marco significativo de rearticulação do Movimento Negro contemporâneo, antece a realização do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em 1979, conhecido como o “Congresso da Virada”, por ser inscrito na história como um marco na *intenção de ruptura* com o conservadorismo e tradicionalismo, até então hegemônico na profissão, com importantes desdobramentos no âmbito da formação profissional (graduação e pós-graduada), do trabalho profissional e na organização político-diretiva da categoria expresso nas suas entidades representativas (Guerra, Ortiz, 2009; Netto, 2015; Mota; Rodrigues, 2020).

Essa mediação é fundamental para análise empreendida e corrobora para a afirmação de uma determinada direção social estratégica e a vinculação da categoria junto aos movimentos sociais que coadunam com o Projeto Ético-Político profissional.

Ademais, seja nas esparsas produções e sistematizações teóricas e/ou nos espaços de debate da categoria profissional e movimento estudantil, preocupados com ações de combate às opressões de raça e etnia e na luta antirracista, temos como importante marco histórico de tensionamento em torno da matéria, o VI CBAS, ocorrido entre os dias 10 e 14 de abril de 1989 – “Congresso Chico Mendes”, em Natal/RN, que contou com a participação de 3.500 presentes (profissionais e estudantes); organizado pelas entidades a época: ANAS, Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e Subsecretaria de Serviço Social da União Nacional dos Estudantes (SESSUNE) (Correa, 2022; 2024).

Tratava-se de um contexto na realidade nacional, cuja quadra histórica estava prenhe de determinações e contradições das mais profundas, após o processo e promulgação da Carta Constitucional de 1988 e sob a direção do executivo pelo presidente José Sarney (PMDB), no período de 1985-1990; com sucessão de Fernando Collor de Mello (PRN) – 1990-1992; Itamar Franco (PMDB) – 1992-1995; e Fernando Henrique Cardoso (PSDB) – 1995-2003.

Nesta enseada, do ponto de vista político-econômico, estava aberta na década vindoura o aprofundamento da agenda neoliberal e assalto ao fundo público pelo capital portador de juros, equacionado na financeirização das políticas sociais e seu caráter regressivo, dentro da lógica da agenda macroeconômica das agências multilaterais – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio (OMC) (Brettas, 2020).

Os resultados catastróficos se expressaram no ataque aos direitos sociais do conjunto da classe trabalhadora, com repercussões mais brutais nos seus extratos marginalizados e subalternizados, por condição étnica, racial, sexual e geracional, assentado na lógica da

superexploração da força de trabalho, em detrimento das necessidades médias do capital (Fagundes, 2022). Moura (1988) já havia feito um balanço de denúncia sobre as manutenções da dinâmica das desigualdades raciais no Brasil, 100 anos após a Abolição.

A eliminação dos sistemas de proteção, social, a "flexibilização" dos direitos sociais dos trabalhadores, a destruição da malha de proteção social (como saúde, habitação e educação), a implantação de políticas "desreguladoras" das economias nacionais dos países periféricos, as privatizações dos segmentos estratégicos, o aumento vertiginoso do desemprego estrutural: tudo isto lança as populações pobres - majoritariamente negras - na dramática condição de excedente populacional descartável (Jornal da Marcha, 1995, p. 04).

Nesse contexto dos anos 1990, de contrarreformas no âmbito do Estado, é realizada, por um conjunto de entidades, grupos, sindicatos, organizações e movimentos sociais negros⁸, a I Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida, em 20 de novembro de 1995, reunindo mais de 30 mil pessoas, em Brasília, sendo um importante marco de denúncia do racismo no Brasil, evidenciando, deste modo, a isenção do Estado na ausência da adoção de medidas de promoção da igualdade racial voltadas à população negra, indígena e quilombola.

Nesse momento, foi entregue um documento-compromisso ao então presidente Fernando Henrique Cardoso. Esse movimento massivo expressa um legado que ensejou importantes desdobramentos nas primeiras décadas dos anos 2000, durante os governos petistas, considerando sua demarcação política, e, de tal maneira, tensionando pautas e reivindicações históricas, no campo da promoção da igualdade racial (Domingues, 2007).

Sem dúvida, a análise das relações raciais no Brasil realizada pelas assistentes sociais negras no final da década de 1980 foi uma crítica contundente à persistência do mito da democracia racial, que desconsiderou o racismo como determinação das condições de vida e trabalho e processos de resistência da população negra desde a escravidão, através da qual se estruturou as relações de dominação / opressão com base na raça e no gênero, assimetrias e desigualdades (Almeida, Rocha, Branco, 2019, p. 169-170).

Ademais, nesse período, ainda eram apresentadas "teses" nos CBAS – uma forma de comunicação, aprovada e deliberada em assembleias prévias ao encontro mais amplo propriamente dito. No VI CBAS (1989), foram apresentadas duas teses, concentradas no eixo Rio-São Paulo, respectivamente, — *Serviço Social e os Bastidores do Racismo*, de autoria de Magali da Silva Almeida e Fátima Cristina Rangel Sant'Anna; e a tese – *A questão racial*

⁸ Conforme expressa, o Jornal da Marcha (1995): "Sem prejuízo da pluralidade de concepções e ações políticas, coloca-se hoje, para a militância que combate o racismo, o enorme desafio de priorizar os anseios e os interesses maiores da população afro-brasileira, através da formação de um amplo arco de força e aliança capaz de pautar a questão racial na agenda dos problemas nacionais. Forjar a unidade no Tricentenário de Zumbi é um imperativo histórico que exige das entidades do Movimento Negro um exercício coletivo de descoberta de novas formas de relacionamento. Isto também resulta na defesa intransigente da postura ética e do objetivo comum de consolidar o Movimento Negro como elemento estratégico na transformação da sociedade brasileira" (Jornal da Marcha, 1995, p. 04).

enquanto elemento de uma prática transformadora, de autoria de Maria José Pereira, Matilde Ribeiro, Suelma Inês Alves de Deus (Almeida, 2013; Marques-Júnior, 2013; Vitorio, 2019).

Contudo, no CBAS, não havia um Grupo de Trabalho (GT) específico, sendo tais teses incorporadas ao eixo geral – *Análise de Conjuntura Econômica, Política e Social na Realidade Brasileira e no Contexto Latino-Americano Referenciado ao Capitalismo Internacional* – que trouxe várias frentes relacionadas à discussão étnico-racial no Serviço Social – “elementos como diversidade, racismo, desigualdade, machismo foram abordados e ressaltados como imprescindíveis à formação e trabalho profissional” (Almeida; Rocha; Branco, 2019, p. 177).

Dado o espectro político-conjuntural, a tese elaborada por Magali da Silva Almeida e Fátima Cristina Rangel Sant’Anna, traz elementos centrais que fogem da falsa dicotomia entre raça e classe, tendência que rondava setores dos partidos políticos de esquerda, sindicatos e do movimento negro, que ainda hoje, não eliminam distintas tendências e projetos societários entre a forma e o conteúdo político (Farias, 2017; Souza, 2024), defendem que “[...] lutar contra o racismo é lutar contra a exploração e opressão” (Almeida; Sant’Anna, 1989, p. 11).

Entendemos que a luta pela construção do socialismo não consiste apenas na extinção da base econômica que determina a exploração capitalista. É fundamental que essa luta alcance as bases ideológicas que justificam as desigualdades por ela geradas (racismo, machismo, violência, etc...) (Almeida; Sant’Anna, 1989, p. 11).

514
Neste sentido, já percebe-se uma tenra crítica que muitos setores faziam a ideia de que raça dividiria a classe, trata-se de uma questão de método de análise “[...] discordamos da forma como alguns setores encaram a questão racial e tentam superá-la apenas pela via cultural. Temos como desafios mudar essa realidade. Isto sugere que a luta contra o racismo ser parte integrante da luta contra o capitalismo” (Almeida; Sant’Anna, 1989, p. 11).

[...] é preciso termos nítido que não há divergências entre as lutas anticapitalista, antirracista e antissexista, pelo contrário, a luta contra o capital apenas se torna efetiva quando damos materialidade e reconhecemos os grupos que mais vivenciam as desigualdades produzidas no interior dessa sociedade de classes. [...] afirmamos que o que fragmenta a luta é uma visão generalista e abstrata de classe, que pouco ou nada diz sobre a realidade, em especial no Brasil, dada nossas particularidades sócio históricas. Assim, compreendemos que a luta antirracista tal como outras lutas antiopressões, não apenas representam e dão concretude a própria diversidade da classe que vive do trabalho, como são essenciais e necessárias para construir unidades estratégicas no contexto da luta mais geral do trabalho contra o capital (Moreira, 2024, p. 87, 95-96).

No desenrolar da tese em questão, problematizam de forma teórico-crítica e fundamentam os elementos constitutivos da relação capitalismo e racismo, destacando a lógica do colonialismo, da exploração da mão de obra em distintos territórios, a particularidade que o

racismo opera em nações distintas, a exemplo do Brasil, no qual dão ênfase para o aspecto de dominação ideológica caucionado pelo “mito da democracia racial”. Neste sentido, defendem a direção do debate: “Nosso objetivo é discutir a importância do Serviço Social trabalhar esta questão, ou seja, o racismo, pois ignorá-lo significa entender de forma limitada os problemas que afetam a classe trabalhadora” (Almeida; Sant’Anna, 1989, p. 10).

Frente ao objetivo proposto, trazem em síntese desafios prospectivos já naquele período sobre a importância do debate ser acampado na agenda das entidades da categoria e no campo da formação e trabalho profissional.

Que se assegure durante a formação profissional a articulação dos currículos de graduação e pós-graduação (em nível de pesquisa, ensino e extensão), com a questão racial, sendo o movimento estudantil e a ABESS vias possíveis e fundamentais de estimulação desse processo. Que os Conselhos Regionais criem fóruns específicos para discutir as Políticas Sociais do Estado capitalista, tendo em vista identificar o seu caráter racista. Que os sindicatos da categoria bem como a CUT, incorporem como plano de luta as condições de trabalho do negro e demais minorias (Almeida; Sant’Anna, 1989, p. 11).

Ao que concerne a tese elaborada por Maria José Pereira, Matilde Ribeiro, Suelma Inês Alves de Deus, na qual evidencia a relação em torno da questão racial e as determinações da classe social, que se espalham no cotidiano do trabalho profissional. Defendem que a — “A questão racial deve ser encarada de frente, não só a nível teórico, mas principalmente no cotidiano de nossa prática, visto que apresenta-se direta ou indiretamente nas questões sociais vividas pela população alvo do Serviço Social” (Pereira; Ribeiro; Deus, 1989). Nessa linha que reivindicam a centralidade deste debate enquanto uma dimensão importante da realidade, que não deve escapar ao Serviço Social.

Ainda, apontam, no nosso entendimento, um conjunto de *estratégias e táticas*, mediante a análise efetuada, que tem mostrado, no tempo presente, a atualidade das reflexões naquela dinâmica histórico-conjuntural:

[...] o Serviço Social deve se aprofundar o conhecimento sobre a questão racial, instrumentalizando-se para uma intervenção diante dessa problemática. Vemos que um dos caminhos é o incentivo a criação de espaços de discussão a nível dos locais de trabalho, entidades da categoria, estabelecimento de ensino, sindicatos, associações, etc., além de grupos de estudos específicos (Pereira; Ribeiro; Deus, 1989).

Marques-Júnior (2013) analisou as produções nos CBAS, referendando o VI CBAS como um marco acerca da matéria, — “É preciso reconhecer que a questão racial já permeava o fazer profissional desde os seus primórdios, mas é em 1989 que ela passa a ser reivindicada por algumas assistentes sociais como uma categoria de análise” (Marques-Júnior, 2013, p. 4). Neste estudo, o autor se debruçou sobre as produções do VI CBAS (1989) ao IX CBAS (1998).

Almeida (2021), sinaliza a incorporação da questão racial, enquanto eixo de trabalho, se deu no CBAS de 1995, que ocorreu em Salvador (BA). Outrossim, Marques-Júnior, observa que: “A apresentação de trabalhos sobre a temática de raça/etnia tem se mantido constante em uma média que fica em torno de três em cada congresso, o que nos dá a dimensão de como esse eixo vem sendo pouco pesquisado pela categoria” (Marques-Júnior, 2013, p. 9). Em suas sínteses, o autor chama a atenção ao evidenciar que:

A questão central é que embora haja desde 1989 uma fração das assistentes sociais expondo a relevância desta questão, o ínfimo quantitativo de trabalhos apresentados sobre a temática, bem como a ausência de produção de grande circulação demonstra como a categoria não consegue incorporar a questão étnico/racial enquanto dimensão investigativa [...]. É preciso avançar entendendo que a produção teórica que embasa a formação profissional deve encampar a temática da questão racial e os desafios por ela propostos (Marques-Júnior, 2013, p. 10 e 18).

É certo que os desafios da incorporação do debate étnico-racial, no que tange à produção do conhecimento, no período histórico demarcado, são inúmeros. Até aquele momento, apenas a obra de Sebastião Rodrigues Alves (1966) – com baixíssima circulação, nos tempos de hoje, havia sido publicada, que tratava diretamente acerca da matéria, ainda com uma análise com os pressupostos teórico-metodológicos de seu tempo, isto é, vinculada ao Serviço Social tradicional (Ferreira, 2010).

516
Tão somente no início do século XXI, ainda que escrito na década de 1980, que a produção do TCC, pela PUC-Campinas, de autoria da profa. dra. Elisabete Aparecida Pinto (1986), denominado *O Serviço Social a Questão Racial: um estudo da relação do Serviço Social e Clientela Negra*, é publicado como livro, sob o título *O Serviço Social e a Questão Étnico-Racial (um estudo de sua relação com os usuários negros)*, em 2003, pela Terceira Margem Editora. Esta se insere de forma pioneira, ao se debruçar de forma mais sistematizada sobre esse debate no âmbito do trabalho profissional, referendando preciosa análise no âmbito dos espaços sócio-ocupacionais e as relações no seu íntimo, entre usuários, profissionais e equipe. Contudo, a obra se encontra esgotada e com pouco conhecimento a seu respeito no conjunto da profissão.

A timidez da matéria étnico-racial nos debates do Serviço Social brasileiro durante os anos de 1980 e 1990 nos parece ser explicado pela urgência de outras questões emergentes pós-movimento de reconceituação, que ganharam centralidade no debate da categoria profissional e suas vanguardas, naquele período. Nesta direção, podemos citar os pressupostos em torno do *projeto de formação profissional*, expresso no currículo de 1982 e, posteriormente, nas diretrizes de 1996 (ABEPSS, 1996) e em relação a estas, identifica-se o debate acerca do que

se constituía o objeto da profissão: a *questão social* ou a *política social*, haja vista a ampliação desse campo no âmbito do Estado, após a Constituição de 1988.

Contudo, isso não significa a ausência de grupos, ainda que bastante localizados, tensionando, no limite, o debate no interior da categoria. Afinal, a história não avança pedindo permissão. É reconhecendo limites que se avança, no acerto de contas com a história. Assim, a conjuntura porta inflexões sumárias e fundamentais que vêm demarcando a urgência e centralidade da incorporação desta agenda no interior da profissão – no âmbito das entidades e na produção do conhecimento na área.

Temos, como hipótese, que é precisamente nos anos 2000, após a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada em Durban, na África do Sul em 2001⁹, e da qual o Brasil é signatário e com a emergência e institucionalização das políticas de promoção da igualdade racial¹⁰, a partir da criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003, a entrada de estudantes negras/os, indígenas, quilombolas nas universidades públicas e docentes com agendas de pesquisa referentes à matéria, que vai-se avançando nesse escopo, não sem constrangimentos e disputas, operando-se inflexões ao debate das relações étnico-raciais na profissão.

Nesta quadra, destaca-se o pioneirismo do CRESS/RJ, a partir da criação da Comissão Temática — Gênero, Etnia e Diversidade Sexual¹¹ (GEDS), ainda em idos de 2000, tendo como sua primeira coordenadora Magali da Silva Almeida.

Desde a sua criação, a GEDS vem fomentando a participação do CRESS/RJ em diversos espaços coletivos de defesa dos direitos de diferentes segmentos da sociedade civil atravessados pelo debate a que se propõe a comissão, que articula, também, estratégias de combate ao racismo, ao sexismo e à LGBTfobia com movimentos sociais e espaços acadêmicos (CRESS RJ [...], 2020).

Ademais, a partir daí, o que se manifesta de forma bastante presente, de maneira direta e indireta, são as categorias e discussões em torno dos determinantes étnico-raciais, principalmente nas deliberações no eixo de Ética e Direitos Humanos nos Encontros Nacionais do Conjunto CFESS-CRESS, exigindo-se, de alguma maneira, um aprofundamento sobre a

⁹ Cf. Portal Geledés. Centro de Documentação e Memória Institucional. *Brasil e Durban - 20 anos depois*. São Paulo: Geledés, 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2021/08/brasil-e-durban-20-anos-depois.pdf>.

¹⁰ A exemplo das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”; do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010); da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) para o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

¹¹ Cf. matéria do CRESS/RJ. Disponível em: <https://www.cressrj.org.br/noticias/cress-rj-promove-evento-virtual-em-comemoracao-aos-20-anos-da-geds/>.

matéria, considerando que já havia uma premência de outros eixos organizativos do planejamento dos Conselhos (Seguridade Social, Formação Profissional, dentre outros), que não contemplam o debate étnico-racial nas suas deliberações, nesse momento histórico. Assim, constata-se, a título de hipótese, que a emergência do debate na agenda dos direitos humanos, no seu aspecto mais geral, demarca uma direção em torno de uma bandeira de luta ampliada, o que não condiciona de maneira direta sua incorporação nos eixos de formação e trabalho (Correa, 2024).

É na ocasião do 32º Encontro do Conjunto, realizado em setembro de 2003, que delibera-se a campanha encabeçada pela Gestão do Conjunto CFESS-CRESS triênio 2002-2005 – “Trabalho, Direitos e Democracia: A gente faz um país”, denominada “*Campanha de combate ao racismo – o Serviço Social mudando o rumo da história: reagir contra o racismo é lutar por direitos*”, organizado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); CRESS/RJ 7º Região e ONG Fala Preta – Organização de Mulheres Negras. Tratando-se da primeira campanha de combate ao racismo do Conjunto (Vitório, 2019; Correa, 2024).

Importante ressaltar que há poucos registros históricos de análise acerca do espraiamento dessa campanha no âmbito da profissão. Campanha que, ao que tange à conjuntura mais geral, insere-se no contexto posterior à Conferência de Durban, realizada em 2001; da implementação, à época, da SEPPIR, em 2003¹², mesmo ano da promulgação da Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 2003), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, posteriormente, alterada pela Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008, para inclusão da temática indígena (Brasil, 2008).

Outro registro histórico de destaque, diz respeito ao pioneirismo do Grupo de Estudos das Relações Étnico-raciais e o Serviço Social (GERESS), em 2009, em São Paulo (SP), tendo sua primeira reunião no dia trinta de maio, na sede da organização Soweto – local de militância de uma das integrantes. Trata-se de um encontro emblemático, reunindo assistentes sociais, mulheres negras para o debate acerca de uma preocupação candente¹³. (Questão [...], 2013).

¹² N.E.: Na ocasião, a SEPPIR foi criada pela Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003. A posse oficial em 21 de março de 2003, em Brasília, contou com um discurso do histórico militante do Movimento Negro – Abdias do Nascimento (1914-2011); bem como teve como sua primeira ministra titular a Assistente Social Matilde Ribeiro, hoje professora da UNILAB, e uma das pioneiras do debate acerca das relações étnico-raciais na profissão.

¹³ “As assistentes sociais que participaram da formação do GERESS foram: Alinne Mayra Costa, Augusta Nunes dos Santos, Bernadeth Martins, Denise Bonifácio, Eliana Aparecida Francisco, Kajali Lima Vitório, Naiza Santos, Natalina Almeida de Jesus, Raquel Suzan, Samanta de Oliveira, Suelma Inês Alves de Deus” (Bonifácio; Vitório;

Verifica-se na Carta apresentada na ocasião do I Colóquio Nacional das Questões Etnorraciais e o Serviço Social, realizado nos dias 24 e 25 de julho de 2010, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), os objetivos do GERESS:

Aprofundar as discussões sobre as questões étnico-raciais com a interface do serviço social, tanto junto aos profissionais, como para estudantes e, também, com a população usuária das políticas sociais setoriais; Produzir material acadêmico acerca da temática; Contribuir para a formação profissional, inicial e continuada, da categoria de assistentes sociais; Articular ações com os órgãos representativos da categoria: CFESS/CRESS SP; ABEPSS, ENESSO e outros; Reunir pesquisadores(as) da área de Serviço Social, com interesse nas questões étnico-raciais; Colaborar para a construção de políticas públicas setoriais com o recorte racial; Estabelecer parcerias com universidades e demais instituições que tenham interesse na temática. (Geress, 2010 *apud* Bonifácio; Vitório; Deus, 2018, p. 429).

Tratam-se de importantes direcionamentos e proposições de um dos grupos mais antigos no âmbito do Serviço Social brasileiro, em atividade contínua. Feito o caminho de volta e referendando esse breve balanço do direcionamento e defesas presentes nas teses apresentadas no VI CBAS (1989), evento histórico que demarca um direcionamento da luta antirracista no bojo da profissão, tranzitamos para a seção seguinte, afim de situar em linhas gerais os caminhos e (des)caminhos do antirracismo postos ao Serviço Social brasileiro nesse tempo que nos convoca a radicalidade da crítica (Souza, 2024; Santana, Moreira, 2024).

519

Sankofa: “retornar ao passado, ressignificar o presente para construir o futuro” - a agenda antirracista do Serviço Social brasileiro

O Serviço Social brasileiro, vive um momento importante na afirmação da agenda antirracista no âmbito das suas entidades representativas e na produção do conhecimento na área (Moreira, 2020; Correa, 2024). Verifica-se na cena contemporânea, ainda que não se configure um dado inédito, um acirramento na disputa da direção do debate racial no Brasil, como bem trabalhado por Souza (2024), em pelos menos três direções – (i) liberal; (ii) culturalista; (iii) crítica. Atenta-se que essas direções trabalhadas pela autora possuem em seu cerne fundamentos interpretativos acerca do racismo, sua expressão concreta e formas de enfrentamento.

Diríamos que o debate público acerca do combate ao racismo, seu caráter estrutural, das relações étnico-raciais, os estudos acerca da branquitude e as polêmicas em torno da *identidade* e *identitarismo*, estão postos na ordem do dia, com incomensuráveis reverberações na profissão, “[...] tendo em vista que o próprio movimento do real tem tensionado a profissão a passar a

Deus, 2018, p. 429).

história a limpo e avançar no debate das relações étnico-raciais, sendo este um dos desafios mais candentes para o Serviço Social brasileiro na atualidade [...] (Moreira, 2024, p. 141).

Nesta perspectiva é que entendemos que o tempo presente carrega avanços de uma agenda antirracista na profissão. Esta segue em constante construção no movimento da história. Esse movimento não é homogêneo, é permeado de avanços e recuos, muitas vezes, assim como não está isento de disputas e dissensos (de ordem teórico-metodológica, teórico-prática, político-institucional), que não devem ser despercebidos ou não dimensionados, haja vista os rebatimentos centrais para a formação e trabalho profissional.

Neste sentido, temos que o debate das relações étnico-raciais, e sua devida importância não é hegemônica no âmbito da profissão, mas reflete disputas mais amplas, tensionamentos e (des)caminhos teórico-analíticos, no campo do trabalho profissional, que incidem inclusive no campo de uma adesão formal ou real ao antirracismo pela categoria profissional (Moreira, 2024).

É premente que esse debate e sua centralidade não sejam “individualizados”, isto é, que não seja tarefa apenas das/os estudantes e profissionais negras/os, indígenas e quilombolas inseridas/os com a discussão de forma *tematizada*, em espaços, eventos e organizações. Ao contrário, como defende Ribeiro (2004, p. 159), que seja tratado por toda categoria – “[...] como uma área investigativa e de conhecimento”.

Desta maneira, mobiliza-nos a não “perder de vista a realidade concreta e suas contradições, assim contribuindo de forma séria e comprometida na agenda antirracista do Serviço Social brasileiro, com vistas ao fortalecimento do Projeto Ético-Político, nas bases formativas e do trabalho profissional” (Correa, 2022, p. 440). É com essa premissa que acreditamos que o tempo presente, numa perspectiva do *movimento do real*, é permeado por marcantes inflexões que se rebatem a nível da cultura profissional, contribuindo, assim, para o que Netto (2016), evidencia como fundamental na contribuição de uma *nova história do Serviço Social*¹⁴

Nesse diapasão, as entidades da categoria Conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO, tem contribuído para o fortalecimento da direção do antirracismo nas trincheiras do Serviço Social brasileiro, através de posicionamentos, campanhas, documentos. Esse

¹⁴ O autor observa que o esforço de uma história nova, construída coletivamente deve se ater para a direção do compartilhamento de um quadro teórico-metodológico comum – a exemplo de Iamamoto e Carvalho, em *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. Nessa direção, postula que: “a nova história do Serviço Social, tácita ou explicitamente reproduzirá idealmente (teoricamente) o movimento da profissão *tomando partido* frente ao seu presente e também detectando/esboçando algo do seu devir - igualmente, por essa razão, *nenhuma história é “neutra”, “imparcial” ou “inocente”* ou tem por objeto exclusivo o passado” (Netto, 2016, p. 59).

movimento não é *endógeno* e acompanha as determinações mais gerais que se rebatem e se revelam na profissão.

[...] frisamos que não são as entidades que pautam os debates e suas agendas políticas à revelia da realidade e das demandas que se colocam para a categoria profissional, no campo da formação e do trabalho. Mas antes, elas são parte e expressão do movimento da história e também refletem as disputas de projetos existentes no âmbito da profissão (Moreira, 2024, p. 181).

A exemplo da entrada de estudantes negras/os, indígenas e quilombolas no ensino superior e a entrada na pós-graduação, destaca-se o papel dos Coletivos Universitários, bem como, a presença (ainda que ínfima) de docentes negras/os e suas agendas de pesquisa, considerando que “estas ações em conjunto, confrontam e desnaturalizam o mito da democracia racial, a meritocracia, o racismo institucional e acadêmico que dão ainda, a tônica de uma universidade seletiva e pouco democrática” (Elpídio, et al, 2024, p. 70).

É a unidade em torno de projetos comuns e na afirmação da direção social estratégica que nos convida, na agenda do tempo presente, dados os tensionamentos e acúmulos históricos, afirmar que: “o combate ao racismo, não é uma escolha, trata-se de um compromisso da profissão” (Moreira, 2023). Concordamos ainda com a avaliação do autor, ao expressar:

[....] avaliamos que é nos meados desta última década que tivemos um avanço expressivo desse debate na categoria, especialmente pelo fato das entidades profissionais estarem num movimento importantíssimo de reconhecimento da urgência em avançarmos no debate das relações étnico-raciais no campo da formação e do trabalho profissional, enquanto pressuposto para o fortalecimento da própria direção emancipatória do Projeto Ético-Político (Moreira, 2023).

Nesta enseada, destaca-se no âmbito do Conjunto CFESS-CRESS os importantes acúmulos, em termos de síntese: O caderno 3 (racismo), da série Assistente Social no combate ao preconceito (2016); a realização do 2º Seminário Nacional de Direitos Humanos (2019); a Campanha do Triênio 2017-2020 – “*Assistentes Sociais no Combate ao Racismo*”; Seminário Latino-Americano e Caribenho Serviço Social, Povos Indígenas e Direitos Humanos (2022), em parceria com a ABEPSS; o lançamento da Nota Técnica Quesito Raça/Cor/Etnia (2022); a Resolução CFESS nº 1.054, de 14 de novembro de 2023, que estabelece normas vedando condutas de discriminação e/ou preconceito étnico-racial no exercício profissional da/o Assistente Social; o lançamento do Comitê Antirracista do CFESS e articulações para implementação nos conselhos regionais pelo Brasil.

Ao que tange a ABEPSS, verificamos como marcos fundamentais que ilustram a agenda antirracista no plano da entidade: a instituição dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) em 2010, em especial o acúmulo histórico do GTP Serviço Social, Relações de

Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades; e de forma especial os desdobramentos a partir do biênio 2017-2018, com o lançamento dos Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação profissional em Serviço Social (2018) e do documento “As cotas na pós-graduação: orientações da ABEPSS para o avanço do debate” (2018); a articulação da Comissão Temporária de Trabalho (CTT): *Relações Étnico-Raciais e Formação Antirracista*, culminando com a elaboração do documento – “*A inserção da educação para as relações étnico-raciais no âmbito da pós-graduação na área de Serviço Social nos últimos cinco anos (2017-2022)*” e o lançamento da Plataforma Antirracista da ABEPSS (2022); ainda, destaca o conjunto de lives acerca das relações étnico-raciais transmitidas pela TV ABEPSS no Youtube e a centralidade da agenda antirracista na gestão 2023-2024, verificando-se importantes construções nas Oficinas Regionais – “Formação Antirracista e projetos societários no contexto de flexibilização do ensino superior”; a 7º Edição ABEPSS Itinerante: Diretrizes Curriculares, Debate Étnico-Racial e Projetos Pedagógicos e a realização do 18º ENPESS – “Relações de classe raça-ética: desafios a uma formação emancipatória no Serviço Social.

Esses acúmulos ensejam o fato de que:

[...] a ABEPSS tem avançado no debate das relações étnico-raciais, compreendendo a relação entre as lutas anticapitalista, antirracista, antissexista e demais sistemas de opressão e dominação, reconhecendo a urgência deste debate no contexto da formação graduada e pós-graduada, bem como do trabalho profissional – numa perspectiva de indissociabilidade entre trabalho e formação, coerente com a lógica do projeto defendido hegemonicamente pela categoria (ABEPSS, 2022, p. 6).

Ao que importa o papel da ENESSO, Araujo (2023) faz um precioso balanço da agenda antirracista no âmbito da entidade. Talvez um dos momentos mais emblemáticos no tempo presente, ao que tange à atuação política do MESS e a luta antirracista, em nossa avaliação, tenha sido o Movimento #MárciaFica, iniciado na ocasião do 11º Seminário Anual de Serviço Social da Cortez Editora, em 07 de maio de 2018, durante a mesa – “Trabalho profissional e as explorações/opressões de sexo, raça e classe: a defesa do Projeto Ético-Político do Serviço Social”, em decorrência da iminente demissão da professora Márcia Campos Eurico, da ESS da PUC-SP. As/os estudantes ocuparam, no dia 21 de maio, dois prédios da universidade, Campus de Perdizes, denunciando o racismo institucional presente, considerando que Márcia foi a única professora negra, em 80 anos de existência do curso, conforme noticiado (Correa; Ortiz, 2023).

É nesta toada político-reivindicativa que encontra eco na dinâmica da realidade que se impõe, reivindicando uma demanda concreta, na medida que denuncia o racismo institucional

expresso na naturalização da ausência de docentes negras/os, no quadro geral do curso, que destacamos a centralidade do último Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social (SNFPMESS), que teve como tema – “*A virada agora é preta! 40 anos do Congresso da Virada. Por uma práxis antirracista*”, realizado entre os dias 15 a 18 de janeiro de 2020, em Niterói/RJ, sediado pela Universidade Federal Fluminense (UFF) (Correa; Ortiz, 2023).

A “virada”, nesta direção, é salientada como um devir constante, vinculada à realidade objetiva, conformada pelas contradições e tensionamentos na ordem do dia. Tal centralidade expressa nesse encontro da ENESSO, vem sendo debatida de forma expressiva na agenda da entidade há certo tempo, enquanto eixo organizativo dos encontros. Esse tema encontrou reverberação na conjuntura que o atravessava, principalmente, considerando o movimento do real e os acúmulos e direções oriundas nas outras instâncias da categoria profissional, como a Campanha do Conjunto CFESS-CRESS – Assistentes Sociais no Combate ao Racismo (2017-2020) (CFESS, 2020) e o documento da ABEPSS – Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social (ABEPSS, 2018) (Correa; Ortiz, 2023).

É certo que a articulação dos CAs e DAs comprometidos com a luta antirracista, antissexista e anticapitalista, tal qual o fundamental papel de Grupos de Pesquisa e Extensão, que contam com a participação de docentes e discentes engajados nessa toada, a exemplo do “Coletivo Aya” (UFRGS); do Observatório de Racialidade e Interseccionalidade - ORI (UFBA); do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Questão Racial e Serviço Social - GEPEQSS (UFF Niterói); do Projeto de Extensão Interinstitucional – “Serviço Social: Estratégias de Enfrentamento ao Racismo no Cotidiano Profissional” (UFOP/UFF Niterói); do Grupo de Estudos acerca do Pensamento Social de Clóvis Moura (GEPEQSS - UFF Niterói e Interfaces - UFES), do Projeto Aquilombando a Universidade (UEL); dentre outros que, sem dúvida, vêm tensionando a dinâmica institucional frente à centralidade da matéria no processo formativo.

Esse brevíssimo itinerário, revela o legado das assistentes sociais negras que construíram e constroem a profissão. Ainda, temos que avançar de forma inadiável no debate acerca dos povos originários e comunidades tradicionais, dando sua devida centralidade no âmbito desta agenda.

Neste itinerário, verifica-se o legado e a atualidade das formulações apresentadas nas teses do VI CBAS (1989), num momento de acerto de contas com a história por parte do Serviço Social brasileiro e o debate das relações étnico-raciais. Este deve ser pautado pela lente dos fundamentos e pela crítica ontológica-radical, afinal, “esta direção é decisiva na disputa com vertentes que colocam o debate do antirracismo no campo do estruturalismo, do culturalismo,

do subjetivismo, do liberalismo e do pensamento pós-moderno” (Elpídio, *et al*, 2024. p. 70). Assim, neste caminhar: “é o presente em aberto que esclarece o passado e abre seu devir” (Batistoni, 2021, p. 75).

Sínteses conclusivas

Buscamos nestas breves páginas trazer a baila o legado e a atualidade das teses apresentadas no VI CBAS de 1989, escrita de forma pioneira por um grupo de assistentes sociais negras do eixo Rio – São Paulo. Trata-se de um material valiosíssimo e com importantes contribuições teóricas para a análise das relações étnico-raciais no seio da conjuntura do processo de renovação profissional em idos dos anos 1980-1990. O escopo teórico-metodológico das teses, se mostra mais do que atual, num momento em que a agenda das relações étnico-raciais chega com os dois pés na porta num acerto de contas com a história no interior da profissão. Ainda, este escrito se situa como uma singela femenagem e humilde contribuição de resgate da história e memória do pioneirismo das mulheres negras no acampamento dessa agenda, por vezes invisibilizadas, com árduas lutas e tensionamentos.

Verifica-se desafios de monta que cercam o debate da luta antirracista no interior da profissão nas suas bases formativas e do trabalho profissional, ou seja, o debate não está dado, pronto e acabado. Muito pelo contrário, está prenhe de contradições que nos convida a estabelecer as mediações desse processo, assim, precisamos avançar em concordância com Moreira (2024) de uma mera adesão formal para uma adesão real do antirracismo na profissão.

Ilustra esse quadro os distintos processos de implementação de disciplina específica acerca das relações étnico-raciais e seu desenho geral, como *optativa* ou *obrigatória*, carga horária, ou diluída num grande “guarda-chuva”, ofertada no formato remoto; ou, a não compreensão da totalidade a ser expressa na lógica curricular no conjunto das disciplinas nos três núcleos de fundamentação, assim, devendo o debate aparecer nas disciplinas de estágio, política social, ética, seminários temáticos, dentre outras.

Destaca-se também, a necessidade da adoção de ações afirmativas para ingresso de corpo discente e docente nos processos públicos a nível de graduação e pós-graduação. A presença de professoras/es negras/os, indígenas, quilombolas é bastante inexpressiva na pós-graduação, como aponta o relatório da ABEPSS (2022).

Ainda, a não adoção do quesito raça/cor/etnia no processo de trabalho das/os assistentes sociais; a não adoção de estratégias e táticas de combate ao racismo no cotidiano; a emergência de processos ético relacionados a práticas discriminatórias; ou ainda, uma visão humanista-

abstrata que tangencia as diferenças e nega a diversidade, subsumida em um “todos somos iguais”.

Os desafios de ordem teórica-metodológica, também é um debate que nos chama a atenção. Sob quais tendências e pressupostos teórico-analíticos a produção do conhecimento acerca das relações étnico-raciais na área tem caminhado? E quais suas implicações em torno da *forma* e do *conteúdo* do antirracismo adotado?

Longe de trazermos respostas prontas, o plano aqui almejado é de reflexões coletivas e saídas conjuntas. Assim, fortalecendo a direção do antirracismo no seio do Serviço Social brasileiro. O legado das assistentes sociais negras, suas formulações é um convite para essa empreitada, vamos juntas/os/es. É tudo pra ontem!

Referências bibliográficas

- A POTÊNCIA de Magali Almeida. Locução de Daniela Augusto; Priscila Lemos Lira; Aila Fernanda dos Santos. Spotify. 22 de out. 2021. *Podcast Práxis Preta*. Disponível em: [A potência de Magali Almeida - Práxis Preta | Podcast on Spotify](https://www.spotify.com/pt/episode/4ZLJLWzXQHgkqfPwvDyfC). Acesso em: 26 de Nov. 2024.
- ALMEIDA, M. da. S. Entrevista com a Professora Magali da Silva Almeida. Por: Ricardo de Souza Janoário, Roseli Rocha e Sheila Dias. *Libertas*: R. Fac. Serv. Soc., Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 231-239, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18263>. Acesso em: 02 nov. 2022.
- ALMEIDA, M. da. S.; SANTA'ANNA, F. C. R. *A questão racial enquanto elemento de uma prática transformadora*. In: VI CBAS. Jornal do VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Natal: VI CBAS, 1989.
- ALMEIDA, M. da. S.; ROCHA, R.; BRANCO, S. A. de. D. *Assistentes Sociais negras na construção da “virada” do Serviço Social brasileiro*. In: Congresso da virada e o serviço social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências / Maria Liduína de Oliveira e Silva (Org.). São Paulo: Cortez, 2019.
- ALVES, L.; ORTIZ, F. G. O processo de enegrecimento da categoria de assistentes sociais e a divisão racial do trabalho no Brasil: uma aproximação com o debate da pertença étnico-racial no perfil profissional do Serviço Social. In. FONSECA, C.; GUERRA, Y. (org.). I. *Reflexões contemporâneas sobre o debate dos fundamentos, do trabalho e da formação profissional*. Volume 3. Uberlândia: Navegando Publicações, 2023. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/reflexoes-contemporaneas>. Acesso em: 08 nov. 2024.
- AMARELO (Sample: Sujeito de Sorte – Belchior). Intérpretes: Emicida; Belchior; Majur; Pabllo Vittar. Compositores: Emicida; Belchior; DJ Duh; Felipe Vassão. In: AMARELO. Intérprete: Emicida. Rio de Janeiro: Sony, 2019. 1 CD, faixa 10.
- BATISTONI, M. R. Aproximações à tradição marxista no projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte. In: IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Cláudia Mônica. *A história pelo avesso: a reconceituação do serviço social na América Latina e interlocuções internacionais*. 1.ed. São Paulo: Cortez Editora; CNPQ, 2021.
- BONIFÁCIO, D.; VITÓRIO, K. L.; DEUS, S. I. A. de. A dimensão étnico-racial na formação e na intervenção dos assistentes sociais: um debate em aberto. *Revista da ABPN*, v. 10, Ed. Especial - Caderno Temático: Letramentos de Reexistência, janeiro de 2018, p. 425-440. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/issue/view/25>. Acesso em: 08 nov. 2024.

- CORREA, A. H. M. “*A história não avança pedindo permissão*”: a agenda antirracista do Serviço Social brasileiro e às construções coletivas na afirmação do Projeto Ético-Político. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro (RJ), Praia Vermelha, 2024.
- CORREA, A. H. Diretrizes curriculares: “questão social”, questão étnico-racial e realidade brasileira. *Libertas*, Juiz de Fora, v.22, n.2, p. 422-445.jul. / dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/38269>. Acesso em: 18 mar. 2025.
- CORREA, A. H. M.; ORTIZ, F. G. A agenda das relações étnico-raciais no interior das entidades do serviço social brasileiro: construções coletivas na afirmação do projeto ético-político. In. FONSECA, C.; GUERRA, Y. (Orgs.). I. *Reflexões contemporâneas sobre o debate dos fundamentos, do trabalho e da formação profissional*. Volume 3. Uberlândia: Navegando Publicações, 2023. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/reflexoes-contemporaneas>. Acesso em: 08 nov. 2024.
- CRESS RJ promove evento virtual em comemoração aos 20 anos da GEDS. CRESS Rio de Janeiro Notícias. 05 nov. 2020. Disponível em: <https://www.cressrj.org.br/noticias/cress-rj-promove-evento-virtual-em-comemoracao-aos-20-anos-da-geds/>. Acesso em: 06 maio 2023.
- DOMINGUES, P. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *23 Tempo*, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07>. Acesso em: 08 nov. 2024.
- ELPÍDIO, M. H., VALDO, J. P. da. S. O Serviço Social na encruzilhada: a questão racial e o projeto de formação profissional. *Libertas*, Juiz de Fora, v. 22, n. 2, p. 316-333, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas>. Acesso em: 08 nov. 2024.
- ELPÍDIO, M. H., VALDO, J. P. da. S.; SILVA, S. R. V.; TEIXEIRA, R. T.; LANES, M. P. de. (2025). O Serviço Social Na História: A Relação Entre Os Fundamentos E A Questão Étnico-Racial. *Revista Eleuthera*, 27(1), 55-73. Disponível em: <https://revistasoj.sucaldas.edu.co/index.php/eleuthera>. Acesso em: 08 nov. 2024.
- FERREIRA, C. M. *O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936 - 1947)*. Dissertação (Mestrado) – Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- GUERRA, Y.; ORTIZ, F. G. Os caminhos e os frutos da “virada”: apontamentos sobre o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 123-136. jul.-dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/issue/view/750>. Acesso em: 08 nov. 2024.
- JORNAL DA MARCHA. São Paulo. Outubro de 1995. *300 anos da imortalidade de Zumbi dos Palmares*, 1995. Disponível em: <http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PJOMASP10199500X.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2024.
- LIRA, P. L. *Movimento de mulheres negras e o Serviço Social*. Dissertação (Mestrado) – Pós Graduação em Serviço social e Políticas Sociais, Instituto Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 08 nov. 2024.
- MARQUES-JÚNIOR, J. S. Questão Racial e Serviço Social: Um Olhar sobre sua produção Teórica Antes e Depois de Durban. *Libertas*, v. 13, n. 1, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/issue/view/771>. Acesso em: 08 nov. 2024.
- MOREIRA, T. W. F. *Adesão formal ou real ao antirracismo no Serviço Social?* caminhos e descaminhos do debate étnico-racial na categoria profissional. 2024. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 2024. Disponível: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/42210>. Acesso em: 08 nov. 2024.

- MOREIRA, T. W. F. “O combate ao racismo não é uma escolha: trata-se de um compromisso da profissão”, afirma Tales Fornazier. *CRESS Alagoas Notícias*. 06 maio 2023. Disponível em: <https://www.cress16.org.br/noticias/o-combate-ao-racismo-nao-e-uma-escolha-trata-se-de-um-compromisso-da-profissao-affirma-tales-moreira>. Acesso em: 06 maio 2023.
- MOTA, A. E; RODRIGUES, M. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/issue/archive>. Acesso em: 08 nov. 2024.
- NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social*: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2015.
- NETTO, J. P. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e Silva (Org.). *Serviço Social no Brasil*. história de resistências e ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.
- O QUE Foi Feito Devera (De Vera). Intérpretes: Elis Regina; Milton Nascimento. Compositores: Fernando Brant; Milton Nascimento; Márcio Borges. In: CLUBE da Esquina 2. Intérprete: Milton Nascimento. São Bernardo do Campo: EMI-Odeon, 1978. 1 LP, faixa B2.
- PEREIRA, M. J; RIBEIRO, M; DEUS, S. A. de. *A questão racial enquanto elemento de uma prática transformadora*. In: VI CBAS. Jornal do VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Natal: VI CBAS, 1989.
- PINTO, E. A. *O Serviço Social e a questão étnico-racial*: um estudo de sua relação com os usuários negros. São Paulo: Terceira Margem, 2003.
- QUESTÃO RACIAL E SERVIÇO SOCIAL: a experiência do GERESS na promoção da igualdade racial. 14º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Águas de Lindóia (SP), 2013.
- RIBEIRO, M. As abordagens étnico-raciais no Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 79, p. 148-161, jul./set. 2004.
- SANTANA, I. V. F. de; MOREIRA, T. W. F. (2024). Crítica radical e antirracismo: um debate urgente para o Serviço Social brasileiro. *Argumentum*, 16(2), 29–41. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/45328>. Acesso em: 02 out. 2024.
- SANTOS, D. J. dos. *Antirracismo contra a “pós-modernidade”*: um estudo sobre identidade e revolução no interior da luta antirracista no Brasil. 2022. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/25870>. Acesso em: 08 nov. 2024.
- SILVA, S. R. V. da.; ASSIS, E. S. de. Protagonismo e contribuições de assistentes sociais negras na renovação do Serviço Social brasileiro. In: *Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*, v. 16, n. 1, 2019, Brasília. Anais [...] 16º CBAS. Brasília: 16º CBAS, 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1623>. Acesso em: 08 nov. 2024.
- SOUZA, C. L. S. (2024). A disputa em torno do debate racial no Brasil: teoria e método para o avanço da perspectiva crítica. *Argumentum*, 16(2), 8–21. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/44917>. Acesso em: 01 de out. 2024.
- VITORIO, K. L. *O debate racial na agenda política do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)*. 170f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/59833>. Acesso em: 08 nov. 2024.